

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Gisele dos Santos Costa

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A ESCOLA ATUAL E A
IDEALIZADA PELOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL LEDUVINA DA ROSA ROSSI NA CIDADE DE
SANTA MARIA, RS**

Santa Maria, RS
2017

Gisele dos Santos Costa

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A ESCOLA ATUAL E A IDEALIZADA PELOS
ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEDUVINA DA
ROSA ROSSI NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação em Educação Ambiental – Especialização, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Thielen Merck

Santa Maria, RS
2017

Gisele dos Santos Costa

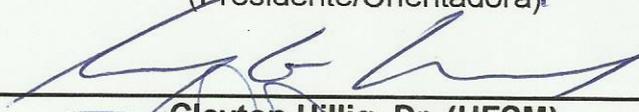
**PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A ESCOLA ATUAL E A IDEALIZADA PELOS
ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEDUVINA DA
ROSA ROSSI NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação em Educação Ambiental – Especialização, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental**.

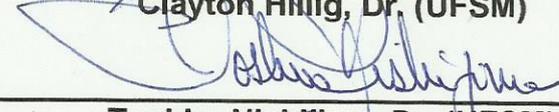
Aprovado em 22 de Dezembro de 2017:



Ana Maria Thielen Merck, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Clayton Hillig, Dr. (UFSM)



Toshio Nishijima, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

Dedico esse trabalho a minha família, meu esposo Marcos, meu filho Gabriel, meus pais Sívio e Marilene, meu irmão Pablo e minha cunhada Najara por todo o incentivo e ajuda para a conclusão de mais uma etapa na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a instituição que com muito orgulho faço parte, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). A minha orientadora Professora Ana Maria pela oportunidade de realizar esse trabalho que tanto contribuiu para o meu crescimento pessoal e intelectual. Pelo auxílio, às dúvidas esclarecidas, e toda sua paciência comigo no decorrer da elaboração da monografia. Aos meus pais pelo incentivo na conclusão do curso, tudo que sou hoje devo a eles, pois são a minha base de caráter, honra e força de vontade e foram fundamentais para eu chegar aonde cheguei. Ao meu esposo Marcos pela compreensão e pela ajuda, sempre disponível em todos os dias que necessitei de seu apoio.

As minhas amigas Thaíse e Mariana; pelas palavras de incentivo, e apoio para retornar os estudos e concluir mais uma etapa tão importante na minha vida.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz
e o que se faz, de tal forma que, num dado momento,
a tua fala seja a tua prática”

(Paulo Freire)

RESUMO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A ESCOLA ATUAL E A IDEALIZADA PELOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEDUVINA DA ROSA ROSSI NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS

AUTORA: Gisele dos Santos Costa
ORIENTADORA: Ana Maria Thielen Merck

A educação ambiental (EA) é um tema que possui embasamento em lei para ser trabalhado em todas as escolas a qual precisa ser mencionada como um marco importante da história da educação ambiental no Brasil. A Educação Ambiental é tida como um método permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros. O objetivo do trabalho foi identificar a percepção ambiental dos alunos da escola Leduvina da Rosa Rossi, referente ao ambiente escolar visando incorporar a dimensão ambiental de forma interdisciplinar via educação ambiental. No sentido mais amplo pode-se dizer que a percepção ambiental é o modo como cada indivíduo sente o ambiente ao seu redor, valorizando-o em maior ou menor escala. O material utilizado para as avaliações foram desenhos a mão livre sendo organizado em três aspectos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados, sendo a primeira fase a visão da escola atual e na segunda fase a escola idealizada. Na primeira fase da avaliação podemos afirmar que a maior frequência de elementos encontrados está presente nos elementos construídos, edificação 56% enquanto que nos elementos naturais o sol possui uma frequência de 43%. Ao analisar os dados relacionados com a segunda fase da atividade sobre a percepção ambiental dos alunos sobre o lugar ideal para ser chamado de escola pode-se observar que tanto os elementos naturais como construídos são essenciais, 43 e 30% respectivamente. Ao analisarmos os dados da pesquisa percebemos que além de uma visão naturalista há também uma visão humanista, ou seja, não há um sem o outro. A fase naturalista ficou evidente tanto na primeira como na segunda fase sendo elementos naturais como o sol com expressiva representação. Claro que ambos possuem definições diferenciadas. Na primeira fase o sol representa o excessivo calor que os alunos enfrentam para realizar atividades de recreio, educação física pela falta de espaço para ter um pátio arborizado para o seu lazer. Já na segunda fase representa esse anseio de integração da natureza na sua escola, com locais verdes para convívio dos alunos e professores. A fase humanista, também representada em ambas as fases salienta a importância do ambiente físico, a edificação, sendo ela entendida como o ambiente de aprendizado e necessidades de melhorias para uma melhor aprendizagem. Desse modo, percebe-se a necessidade dessa interligação da natureza com a pessoa, ensinando a conviver e a usufruir de seus recursos conscientemente.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Percepção Ambiental. Ensino Fundamental.

ABSTRAT

ENVIRONMENTAL PERCEPTION ON THE CURRENT SCHOOL AND THE IDEALIZED BY THE STUDENTS OF THE MUNICIPAL SCHOOL LEDUVINA DA ROSA ROSSI CITY OF SANTA MARIA, RS

AUTHOR: Gisele dos Santos Costa

ADVISOR: Ana Maria Thielen Merck

Environmental education (EE) is a topic that has basis in law to be worked in all schools which need to be mentioned as an important milestone in the history of environmental education in Brazil. Environmental education is considered a permanent method in which individuals and communities become aware of their environment and acquire knowledge, values, skills, experience and determination that make them able to act and solve environmental problems, present and future. The objective was to identify the environmental awareness of students of Rosa Rossi Leduvina school, referring to the school environment in order to incorporate the environmental dimension in an interdisciplinary way through environmental education. In the broadest sense it can be said that environmental awareness is how each individual feels the environment around them, valuing it in greater or lesser extent. The material used for the evaluations were free hand drawings being organized in three chronological aspects: pre-analysis, exploration of the material and the processing and interpretation of results, the first phase being the view of the current school and in the second phase school idealized. In the first evaluation phase we can see that the highest frequency of elements found is present in the built elements, building up 56% while the natural elements the sun has a frequency of 43%. By analyzing the data relating to the second phase of activity on environmental awareness of students about the ideal place to call school it can be observed that both the natural elements as built are essential, 43 and 30% respectively. When analyzing the survey data we realize that beyond a naturalistic view there is also a humanist vision, ie, there is no one without the other. The naturalistic phase was evident in both the first and the second phase being natural elements like the sun with expressive representation. Of course both have different definitions. In the first phase the sun is excessive heat that students face to carry out recreational activities, physical education for lack of space to have a leafy patio for your leisure. In the second phase is this nature of the integration of longing in your school, with green places to society of students and teachers. The humanist stage, also represented in both phase stresses the importance of the physical environment, the building, it being understood as the learning environment and improvement needs for better learning. Thus, we see the need for this interconnection of nature with the person teaching to live and to enjoy its resources consciously.

Keywords:Environmental education. Environmental awareness. Elementary School.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1- Elementos naturais da primeira fase da pesquisa.	32
Gráfico 2 - Elementos construídos coletados na primeira fase do trabalho.....	33
Gráfico 3 - Demonstração proporcional as duas fase em relação ao fator humano. .	35
Gráfico 4 - Elementos naturais da segunda fase da atividade.	36
Gráfico 5 - Demonstração proporcional de elementos construídos da 2ª fase.....	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
1.1. SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO NA ERA AMBIENTAL XXI	14
1.2. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL	17
1.3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL – CONSTRUÇÃO DO ENTORNO	20
1.4. RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO	22
3. MATERIAL E MÉTODO.....	25
3.1. A ESCOLA	25
3.2. METODOLOGIA DE TRABALHO	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5. PROPOSTAS DO CAMINHO IDEAL PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	44
ANEXOS	48
PRIMEIRA FASE	48
SEGUNDA FASE	50

1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva, ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos (PHILIPPI JR, PELICIONI; 2014).

Nesse sentido, tem-se a Educação Ambiental no Brasil com a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). No seu artigo primeiro estabelece a definição de educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A referida lei estabelece a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira, a qual precisa ser mencionada como um marco importante da história da educação ambiental no Brasil, pois esta resultou de um longo processo de interlocução entre ambientalistas, educadores e governos (BRASIL, 1999).

Desta forma, é necessário desenvolver nas escolas uma educação ambiental que proporcione aos alunos os instrumentos necessários à tomada de decisões racionais e coerentes em relação às distintas problemáticas ambientais (FERREIRA, 2007).

A Educação Ambiental é de suma importância na vida do indivíduo, mas há um grande questionamento de como aplicar esse conhecimento para o aluno se a escola em sua concepção de formação não conseguiu unir os seus conhecimentos trabalhando na multidisciplinaridade.

A filósofa MOSÉ¹ em uma entrevista compara a escola como um espaço de alienação educacional pela fragmentação com o todo, ou seja, como esse modelo de escola que temos, com disciplinas diversas, grades curriculares, mas nenhuma

¹ Palestra de Viviane Mosé no programa Café Filosófico CPFL gravada no dia 4 de setembro de 2009, em Campinas e exibida na TV Cultura em 2010.

integrada com a outra. A escola em seu padrão educacional aplica o conhecimento fragmentado, com disciplinas diversas, mas sem nenhuma integração.

A partir desse contexto nos questionamos como a escola preparará esse aluno para viver em sociedade, pois não vivemos isolados e todas as nossas ações sejam elas de pequeno ou grande vulto terão consequências e afetaram a vida de outras pessoas.

Um dos exemplos de que a MOSÉ (2010) mencionou em sua entrevista foi de um indivíduo que polui um córrego, mas para ele não é uma ação tão significativa assim que irá acabar com o planeta.

Mas o que essa pessoa não consegue correlacionar é que fazendo uma ação dessas estará afetando os peixes, conseqüentemente haverá menos peixes e isso prejudicará as pessoas que dependem o seu sustento da pesca (informação verbal)¹.

Esse exemplo é tão simples mas consegue captar a complexidade de nossas ações e suas consequências. Essa complexidade, ou interligação não é trabalhada nas escolas e é nessa questão que a Educação Ambiental vem para tentar instigar o aluno a se questionar sobre o seu papel em sua casa, na escola, seu bairro, sua cidade e seu país.

Já a percepção pela abrangência do seu significado pode se considerar um fator muito importante a ser trabalhado na escola. A percepção ambiental objetiva a tomada de consciência do homem em relação ao ambiente o que também pode ser explorado na escola não somente sobre o ambiente, mas o meio que os alunos estão inseridos. Como conseguem distinguir esse ambiente na sua vida.

Desse modo, o trabalho em conjunto da Educação Ambiental, da educação formal e a percepção ambiental interligadas na vida do aluno é um fator preponderante para torná-los seres mais críticos e responsáveis pelas suas atitudes. Assim estimulam a curiosidade dos alunos sobre o seu meio, fazendo com que eles pensem e reflitam sobre a sua importância no meio e o que acarretará as suas ações ao nosso meio ambiente.

Portanto, o objetivo geral do trabalho foi identificar a percepção ambiental dos alunos da escola Leduvina da Rosa Rossi, referente ao ambiente escolar visando incorporar a dimensão ambiental de forma interdisciplinar via educação ambiental. E

os objetivos específicos foram compreender a percepção dos alunos sobre seu ambiente escolar, usando a educação ambiental com forma para torná-los agentes responsáveis e atuantes na conservação, recuperação e melhorias do meio ambiente na escola e no meio onde se encontram inseridos; utilizar procedimentos metodológicos através de desenhos para verificar a realidade escolar vista pelos alunos e as possíveis soluções apresentadas por eles para melhoria da escola; oportunizar aos alunos um espaço de reflexão sobre o ambiente escolar visando promover nos alunos ações de compromissos, de responsabilidade, comprometimento de direitos e deveres no ambiente escolar e no meio que estão inseridos.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1. SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO NA ERA AMBIENTAL XXI

A busca desenfreada pelo lucro do modo capitalista que vivenciamos hoje é um fator determinante para o crescimento dos problemas tanto ambientais, sociais; culturais e econômicos, pois a maioria do material utilizado é de bens não renováveis agravando a crise ambiental no século XXI.

Conforme MARTINE et al. (2015) corrobora com a sua afirmação que o crescimento econômico tem se baseado no uso insustentável de recursos não renováveis, na redução da biodiversidade, na concentração de dióxido de carbono na atmosfera e na acidificação dos oceanos, além de ter gerado fossos cada vez maiores entre ricos e pobres. E para compreender esses problemas ambientais que sofremos nada melhor compreendermos o que é a Educação Ambiental e como está pode ser trabalhada nas escolas.

Pode se definir a Educação Ambiental como um método permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros (DIAS, 2004 citado por MARTELLI; CARDOSO, 2014).

Segundo a Lei 9.795, de 1999 que define a Educação Ambiental como um processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade,

Conforme REIGOTA (2010) trabalhar com educação ambiental significa pensar num futuro melhor para nosso mundo e para as pessoas que aqui vivem, colocando em prática uma ação transformadora das nossas consciências e de nossa qualidade de vida.

Dessa forma o grande desafio do professor é estimular essa capacidade de pensar dos alunos além dos muros da escola.

De acordo com (ALMEIDA et al. 2009 apud MATIELLO et al. 2017), a arquitetura escolar ainda é um campo de investigação pouco debatido e sistematizado, dentro do qual há dois ramos de trabalhos: os que se ocupam do resgate histórico e os que propõem integrar escola, comunidade e seu entorno.

Para dar mais ênfase na proposta do autor, ele menciona a teoria de Edgar Morin, que critica a razão produtivista e a racionalização moderna, propondo uma lógica do vivente. Os pensamentos de Edgar Morin contribuíram significativamente para unir essa dicotomia existente entre homem e natureza, pois o mesmo defende a ideia de ligar o que está dividido (MORIN 1995, pág. 167). Esse paradigma de unificação sustenta um princípio unificador do saber, do conhecimento, em torno do ser humano, valorizando o seu cotidiano, o seu vivido, o pessoal, a singularidade, o entorno, o acaso e outras categorias como: decisão, projeto, ruído, ambiguidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade.

Desse modo a educação deve ser fundada em quatro pilares básicos que serão: aprender a conhecer, a fazer, compartilhar conhecimento e aprendendo a ser completo e escutar o aluno.

Ao realizar essa análise sobre a educação não pode se fazer esse processo sem realizar a interligação entre a educação, social, político, econômico e o ambiental.

Nessa era tecnológica e capitalista LIBÂNEO (2007) dá ênfase para a educação que deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo em que acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres.

Já no plano socioeconômico, o ajustamento de nossas sociedades à globalização implicando em maior desigualdade, carência em setor como emprego, educação, ou seja, as necessidades básicas de uma pessoa. E por fim o setor cultural e ético político, onde o individualismo é cada vez mais evidente sendo considerada uma marca para o processo de modernização, onde o que importa é a inovação e não mais a coletividade.

O autor ainda salienta a importância da escola para a formação de cidadão mais crítico, que seja capaz de interferir no seu meio opinando, questionando sobre

seus problemas, fazendo que se engajem em questões sociais voltadas ao seu bairro, sua cidade e compreendendo a importância da ética para solucionar essas questões.

O que se afirma é que o professor medeia à relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando os conhecimentos, a experiência e os significados que os alunos trazem a sala de aula, seu potencial cognitivo, suas capacidades e interesses, seus procedimentos de pensar, seu modo de trabalhar. (LIBÂNEO, 2007, p. 29)

Desse modo, o professor tem o papel essencial de mobilizar o aluno e ajudá-lo a realizar o link compreendendo que suas vivências, seus conhecimentos adquiridos no cotidiano também são importantes e devem ser relacionados com os conteúdos em sala de aula.

Aqui o professor deve trabalhar a transdisciplinaridade² onde implica em discutir soluções para os problemas da escola, da comunidade, da sua cidade, do seu país.

FREIRE (1996) destaca que ensinar exige rigorosidade metódica, ou seja, despertar a curiosidade no aluno; ensinar exige pesquisa, pois sempre haverá algo novo a se descobrir, diferentes possibilidades de ver as coisas.

Ensinar exige respeito aos saberes dos alunos, a importância dessa troca de conhecimento entre aluno e professor, a opinião que o aluno forma deve ser considerado esteja certa ou equivocada, pois dessa forma o professor terá a oportunidade de esclarecer e a partir dessa troca de conhecimentos tornar a aprendizagem mais atraente, divertida; o aluno sente que sua participação em aula tem valor, isso estimula muito o aluno a querer aprender mais, pois percebe que há um leque de conhecimentos a desbravar.

Assim, o aluno percebe que a uma relação dinâmica em dependência do outro eu e do mundo, sendo o “eu” construído constantemente sendo essa maneira é o que torna o “eu” capaz de agir, de participar na construção de um ideal comum a todos (GILES, 2007).

² Transdisciplinaridade é uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento, procurando estimular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade do mundo real.

1.2. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL

Ao realizar uma análise sobre a evolução da história da educação no Brasil nota-se que política educacional quase que exclusivamente era realizada no âmbito da sociedade civil, pela Igreja Católica.

No período colonial (1500-1822), o conhecimento foi uma ferramenta de domínio dos portugueses sobre os índios e negros escravos. No final deste período e durante o Império (1822-1889), delineia-se uma estrutura de classes, e a educação, além de reproduzir a ideologia, passa a reproduzir também a estrutura de classes. (OEI, 2002).

Um dos autores que trabalha essa temática salientando as diferenças nas classes sociais é SAVIANI (2007). Em um dos seus artigos “Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos” relata a influência do trabalho na educação, onde caracteriza o modo de produção era o que ditava como a escola deveria ser e como preparar seus alunos para esta sociedade.

Um exemplo é na fase de produção escravista onde teremos dois tipos de educação distinta: uma voltada para as artes, atividades intelectuais e outra que almejava somente em como executar uma atividade que resultasse em maior produção.

Nesse período escravista temos o início do que chamamos de escola propriamente dita, com surgimentos de classes sociais, e essa escola auxiliaria em como cada indivíduo deveria realizar o seu papel nessa sociedade.

Com a Revolução Constitucionalista ocorrida na cidade do Porto. Esse fato fez com que D. João VI apressasse seu retorno a Portugal, o que se deu no ano de 1821. Em 1822, D. Pedro I, filho de D. João VI, declara a independência do Brasil e, em 1824, é outorgada a primeira Constituição do Brasil. A Lei Magna, em seu Art. 179, instituía que a “[...] instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” (DAVID et al 2014).

O autor ainda salienta as dificuldades para sistematizar a educação elementar, devido a sociedade da época ser predominantemente agrária e de não

haver interesse, por parte das elites, em educar o povo. O ensino, já naquela época, era voltado para o ingresso nos cursos superiores, ou seja, era um ensino propedêutico, concomitante a esses fatores havia, ainda, a falta de professores.

No ano de 1879 aconteceu nova reforma, chamada Leôncio de Carvalho, que propunha o fim da proibição da matrícula para escravos, entre outras ações. Porém, esta medida vigorou por pouco tempo.

Em 1889 iniciou-se novo período da educação e da história brasileira: a República, que adotou o modelo político americano baseado no sistema presidencialista, e as mudanças sofridas na educação seguiram os princípios do novo regime, ou seja; centralização, autoritarismo e formalização (Ibid., 2014, p. 8).

Portanto, as reformas nacionais de educação seguiram as ideias e matizes ideológicos correspondentes às ideias que prevaleciam no poder central. A reforma educacional coube “às confrarias de elites ilustradas, formadas na tradição iluminista, reproduzindo o modelo europeu” (NEVES, 2002. p. 8).

Conforme OEI (2002), até os meados dos anos 20, a educação brasileira foi utilizada como um instrumento de mobilidade social, quem detinha a educação era a elite. Com o desenvolvimento da indústria na Era da Revolução Industrial houve a necessidade de ensinar e treinar os funcionários para executarem as tarefas.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e criou-se o sistema nacional de ensino (Ibid., 2014, p.10).

Com a constituição de 34 foi criado o plano nacional de educação para avaliar e supervisionar a educação aplicada no país. A partir desse período o ensino fundamental passou a ser gratuito e obrigatório, e o ensino religioso passou a ser optativa em respeito às diversas religiões existente no Brasil.

O autor relata que uma nova regulamentação do ensino só foi efetivada a partir de 1942, ano em que aconteceu a reforma que ficou conhecida por Reforma Capanema – Gustavo Capanema ocupou a cadeira do Ministério da Educação entre 1934 e 1945 –, que reformou o ensino comercial, estruturou o ensino industrial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI –, e também promoveu mudanças no ensino secundário (Ibid., 2014, p.11).

Portanto, por iniciativa do Ministro Gustavo Capema, em 1942 houve a reformulação de algumas seções do ensino, que recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino, a educação no Estado Novo configurou-se por meio de decretos.

Em 1946 o então Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, que ocupou a pasta de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, regulamentou o ensino primário e o ensino normal, além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC –, atendendo às mudanças exigidas pela sociedade (Ibid., 2014, p.12).

Na Constituição de 1946, o Ministro Clemente Mariani instituiu uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação. Essa comissão dividia-se em três subcomissões, sendo uma delas encarregada do Ensino Primário, outra do Ensino Médio e a uma terceira designada ao Ensino Superior.

O anteprojeto desenvolvido foi encaminhado à Câmara Federal em novembro de 1948, dando início a uma luta ideológica em torno da interpretação das propostas constitucionais, as discussões mais destacadas foram sobre a responsabilidade do Estado quanto à educação e quanto à participação das instituições particulares de ensino (Ibid., 2014, p.12).

Deste modo, no ano de 1948 iniciou-se a discussão sobre uma Lei de Diretrizes Básicas. Em 64 no Regime Militar surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. A educação ganhou destaque na Constituição Brasileira de 1988, que em seus dispositivos transitórios, modificados pela Emenda Constitucional 14/1996, delimita um prazo de dez anos para a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi criada em 1961 e modificada em 1971, esta última vigorou até a promulgação da LDB de 1996 (Ibid., 2014, p.12).

1.3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL – CONSTRUÇÃO DO ENTORNO

No sentido mais amplo pode se dizer que a percepção ambiental é o modo como cada indivíduo sente o ambiente ao seu redor, valorizando-o em maior ou menor escala.

Conforme PACHECO (2006) a percepção ambiental é uma representação científica e, como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do pesquisador. Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito.

Em torno das orientações epistemológicas que dão origem às diferentes representações científicas agrupam-se visões de mundo, interesses grupais, disputas políticas, enfim, tudo aquilo que compõe o universo de forças que faz da ciência não um conhecimento “neutro”, mas um saber contextualizado e endereçado.

Desse modo, a Educação Ambiental (EA) é essencial nas escolas para estimular o aluno a compreender o ambiente, como podemos utilizar os recursos naturais racionalmente e entender os demais problemas que assolam o nosso planeta. Desse modo, a Educação Ambiental tem o papel de envolver a comunidade escolar e a comunidade que vive ao entorno da escola.

Conforme AGUIAR et al. (2016) a Educação Ambiental (EA) precisa buscar permanentemente a integração da educação formal e não formal, buscando alcançar a participação e a relação de entendimento entre o ser e natureza, pois dessa forma abrimos as portas da escola para a comunidade compreendendo seus anseios e necessidades pertinentes ao entorno da escola.

A reconstrução social se funda em um novo saber, a partir da pergunta pelas origens dessa racionalidade em crise, pelo conhecimento do mundo que tem sustentado a construção de um mundo insustentável. (LEFF, 2003, p. 17).

Nesse trecho o autor instiga as pessoas para pensar racionalmente, fazer com que as pessoas se questionem se suas atitudes prejudicarão o ambiente. Ele remete ao repensar nossas atitudes perante os outros e em relação ao mundo.

Será que para sermos felizes necessitamos tanto consumismo? E até que ponto o nosso planeta irá suportar tanta barbárie. Esses questionamentos devem ser feitos a partir deles construímos uma sociedade mais igualitária, racionalmente consciente e justa.

OLIVEIRA et al. (2008); STRANZ (2002) enfatizam que a educação ambiental é um processo permanente nos quais os indivíduos e as comunidades tomam consciência “do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuro”.

CAPRA (2006) salienta a importância para a compreensão da percepção ambiental onde as soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas podem ser até mesmo simples, mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores.

1.4. RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO

A resiliência é a capacidade que o indivíduo tem de suportar as adversidades de sua vida e utilizá-las como estímulo para a transformação pessoal e social (PAULA, 2014).

Conforme o mesmo autor resiliência possui dois sentidos: no figurado é a habilidade de se adaptar com facilidade às intempéries, às alterações ou aos infortúnios; e o físico é a característica mecânica que define a resistência dos choques de materiais. Já resiliência no conceito psicológico é a capacidade de uma pessoa lidar com seus próprios problemas, vencer obstáculos e não ceder à pressão, seja qual for a situação.

Já FARJADO et al. (2010), considera resiliência como um relacionado com o indivíduo, é um processo social e intrapsíquico que possibilita à pessoa ter uma vida digna num meio, ou seja, é um processo de construção que se desenvolve durante a vida resultante da influência da família, do social e do educacional.

Ao realizar a análise sobre o conceito de resiliência questionei-me até que ponto somos resilientes e será que todos os indivíduos podem ser considerados como resiliente?

Ao tentar responder esses questionamentos compreendi que nem todos tem essa capacidade de superação, e transformação sobre as adversidades, como os autores mencionaram anteriormente. A capacidade de reação e transformação vai de indivíduo para indivíduo, não podemos considerar que todos irão ter as mesmas atitudes em relação às adversidades do dia a dia.

Essa capacidade está intimamente ligada com o intelectual e o mental da pessoa, ou seja, como ela vê a vida, suas ações referentes aos problemas, entre outros.

Nessa construção do ser crítico, em relação ao seu meio que a escola entra como um fator preponderante na vida dessas pessoas, pois ela é o principal meio de transformação desses indivíduos.

MORIN (2008) menciona em seu livro “Introdução ao pensamento complexo” que não podemos pensar o fragmentado, reduzido, mas sim ter a ideia de que o homem ao analisar a vida, seu entorno e o mundo perceba que tudo o que está a

sua volta e assim construa um entendimento melhor e mais abrangente a respeito dos problemas da humanidade.

Conforme PAULA (2014) o papel do professor deve ser a construção de inteligências coletivas, valorizando muito mais o processo de aprendizagem do que o resultado obtido, favorecendo a heterogeneidade e a construção de saberes múltiplos e coletivos com seus alunos.

Portanto, o ambiente escolar deve ser acima de tudo um local para a troca de conhecimentos, o compartilhamento de ideias, um espaço que leve a reflexão, onde os indivíduos ali inseridos construam suas opiniões e críticas sobre seu meio e o mundo.

FREIRE (2011) na sua obra “Pedagogia do oprimido” trabalha o termo muito importante para a educação que é o empoderamento. Nessa obra o educador menciona que a educação deve ser uma ação de cultura e liberdade, ou seja, a educação deve ser uma troca de aprendizado entre aluno e professor e não unidirecional como alguns professores ainda relutantes a mudança desse tipo de educação considerando que é o detentor da informação, do conhecimento e o aluno é considerado um ser sem luz a procura desse conhecimento (VALOURA, 2006).

Para FREIRE (2011) empoderar-se de algo implica conquista, superação, avanço de um sujeito ativo que considera um determinado fator importante para a sua vida.

A palavra empoderamento é de origem inglesa e significa “dar poder”. Pode-se dizer então que Paulo Freire criou um significado especial para a palavra Empoderamento no contexto da filosofia e da educação, não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, como o Empowerment, mas sim internamente, pela conquista.

“Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (SCHIAVO et al. 2005; APUD VALOURA 2006).

Ao fazer uma análise sobre a educação do Brasil desde a época de colonização até hoje temos muitos avanços e conquistas, mas temos muito ainda o que avançar, ou melhor, o aluno tem que se empoderar dessa educação que lhe é de direito.

O aluno deve sentir-se parte desse ambiente escolar e através desse processo questionar se a educação que lhe é passada é realmente de qualidade. Será que tudo que é ensino nas escolas, universidades tem a capacidade de tornar esse aluno um ser crítico sobre o seu meio. A importância do empoderamento trabalha essa questão em fazer esse aluno um indivíduo crítico, sagaz sobre a sua vida, seu meio escolar, sua comunidade, cidade e país.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 1996, p. 30)

Nesse trecho da obra “Pedagogia da autonomia”, Freire discute a importância de trazer para o ambiente escolar, problemas relacionados ao cotidiano dos alunos, e cabe ao professor além de ensinar as disciplinas curriculares da escola, mas fazer com que esse aluno questione se esse meio que ele vive não poderia ser melhor, ou se ele como indivíduo pertencente a essa comunidade teria como apontar problemas e soluções.

Conforme (ROSSO; ROMANINI, 2014) o empoderamento estimula o desenvolvimento crítico dos alunos, questão fundamental para a transformação radical da sociedade. “Sua curiosidade, suas percepções críticas da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são por si só suficientes”.

Já REIMERS (2012) define a inovação em educação, como a principal forma de empoderar indivíduos para que possam expandir suas liberdades e se tornar cidadãos mais efetivos em suas comunidades.

Desta forma, esses dois conceitos são complementares para a construção de uma escola mais igualitária, de qualidade e que ajude a tornar seus alunos mais autocríticos de sua realidade perante a educação, a comunidade e ao país.

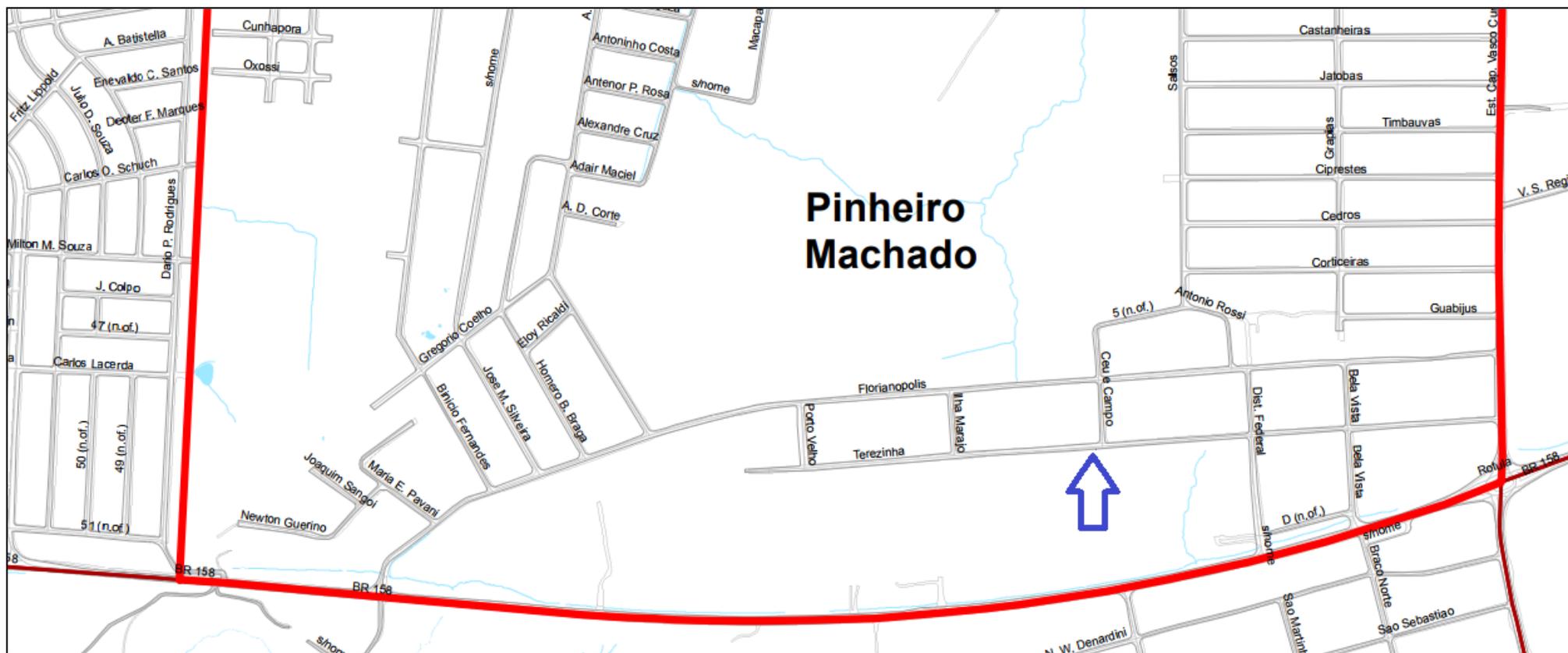
3. MATERIAL E MÉTODO

3.1. A Escola

A instituição de ensino que participou da atividade de pesquisa foi a Escola de Ensino Fundamental Leduvina da Rosa Rossi na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A escola situa-se na zona oeste da cidade no bairro Parque Pinheiro Machado, formada com 07 professores e 02 funcionários e 07 turmas da Educação Infantil ao quinto ano do ensino fundamental compreendida como Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualizada em 2017. O número total de alunos varia com cada ano letivo sendo que quando foi realizada a pesquisa possuía 83 alunos com idades de 05 a 13 anos.

A estrutura da escola é de alvenaria sendo composta por 03 salas de aulas e 01 de reforço pedagógico, 02 banheiros, 01 refeitórios com cozinha e uma secretaria. O espaço físico de convivência, pátio, dos alunos é bem pequeno e através do levantamento socioeconômico fornecido pela escola as famílias se enquadram entre média à baixa renda.

Abaixo constam algumas imagens da estrutura física da escola e um mapa mostrando a localização no bairro.



Fonte: IPLAN Santa Maria



Fonte: Arquivo Pessoal



Fonte: Arquivo Pessoal



Fonte: Arquivo Pessoal

3.2. Metodologia de Trabalho

O trabalho foi realizado no mês de agosto do ano de 2016. Para a avaliação do material seguiu-se a análise de desenhos onde foi organizado em três aspectos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados.

Conforme TELLES et al. (2012) a abordagem metodológica adotada neste trabalho enquadra-se na perspectiva da pesquisa qualitativa e quantitativa, a qual considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

Esse vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Para a realização dessa atividade participaram alunos das turmas de 3º a 5º ano do ensino fundamental contabilizando um total de 30 alunos das três turmas sendo aplicada a atividade com 20 alunos, devido os demais não terem sido autorizados pelos seus responsáveis, as idades variaram de 07 a 11 anos.

A pesquisa foi realizada individualmente em cada turma, dessa forma destinou-se um dia da semana no período relativo ao horário letivo da turma em questão analisada para a coleta dos dados.

Como a pesquisa necessitou o contato direto com os alunos para obtenção dos dados houve a necessidade de adequar o projeto conforme as normas do Comitê de Ética da UFSM (CEP) sendo registrado com o número CAAE 57468316.9.0000.5346.

Após a apresentação da pesquisadora e realizado do trabalho na presença da professora regente da turma foi conversado com as turmas sobre temas relacionados à Educação Ambiental e o seu ambiente escolar, saliente a importância de cuidarmos o nosso ambiente tanto na escola, casa, bairro, cidade como também o questionando de como viam a sua escola e desejavam que fosse no futuro suas melhorias, investimentos em salas, área para lazer, ou seja, uma estrutura melhor.

Para a atividade foi disponibilizado papel ofício, lápis e giz de cera e solicitado que os alunos realizassem desenhos a mão feitos em sala de aula sobre como viam o seu ambiente escolar e como almejavam que fosse a escola no futuro.

Cada aluno realizou dois desenhos, um com a percepção da sua escola e outro de como ele gostaria que ela fosse.

Foi realizada a análise exploratória, pois os alunos tinham a total liberdade de desenharem como observavam o seu ambiente escolar sem intervenção do professor ou do pesquisador.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para FERREIRA (2001, apud CANTANHEDE et al. 2016) a concepção do desenho infantil é a tradução de sua visão, sua imaginação, seu entendimento do real através de objetos simbólicos desenhados, ou seja, expressa pelo desenho a sua realidade vivida no seu cotidiano com suas complexidades, dificuldades e anseios de melhorias do local.

Como o material utilizado para análise dos resultados foram 20 desenhos a mão livre, foi utilizada a pesquisa qualitativa e quantitativa para obtenção dos resultados, pois essa pesquisa se embasa em atitudes, flexibilidades sobre o tema estudado mantendo o equilíbrio entre as habilidades técnicas e as atitudes.

Em geral nesse tipo pesquisa são abordados pequenos grupos de entrevistados, sendo o pesquisador o instrumento chave para a coleta e análise de dados. Conforme TELLES et al. (2012) pode se considerar o uso da técnica de pesquisa ação onde o público-alvo no caso os alunos do 3º a 5º ano foram conduzidos à produção do próprio conhecimento sobre o tema abordado e dessa forma tornaram se o sujeito dessa produção.

Dessa forma, com base na metodologia utilizada e dos dados apresentados nos desenhos pode se categorizar os elementos observados em três níveis: elementos naturais, construídos e pessoas.

Ao avaliar a primeira fase que compreende a visão atual dos alunos sobre o seu meio escolar pode se observar que elementos naturais, construídos se destacaram nos desenhos.

Observando o gráfico 1 nota se a presença de componentes da natureza como pássaros, árvores entre outros elementos. Mas o predomínio do elemento sol é evidente seguido de nuvens e outros componentes; 43%, 29% respectivamente.

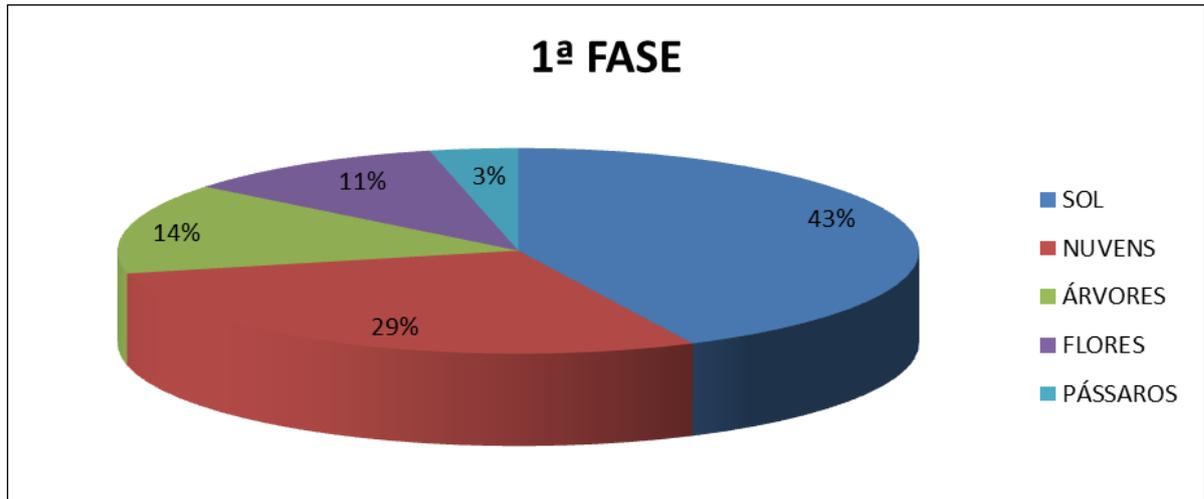


Gráfico 1- Elementos naturais da primeira fase da pesquisa.

CANTANHEDE et al. (2016) também encontrou em seus estudos uma percentagem expressiva de 78,78% do elemento sol presente no material analisado de sua pesquisa. Esses dados também corroboram com os de SCHWARZ, SEVEGNANI, ANDRÉ (2007) onde também houve o predomínio do elemento sol nos desenhos analisados.

Uma hipótese é que o predomínio do elemento sol por ser entendido como o calor que os alunos enfrentam no pátio escolar, na atividade física e intervalo da aula a assim sugerido por SCHWARZ (2007) na sua avaliação entendido como um ambiente excessivamente quente.

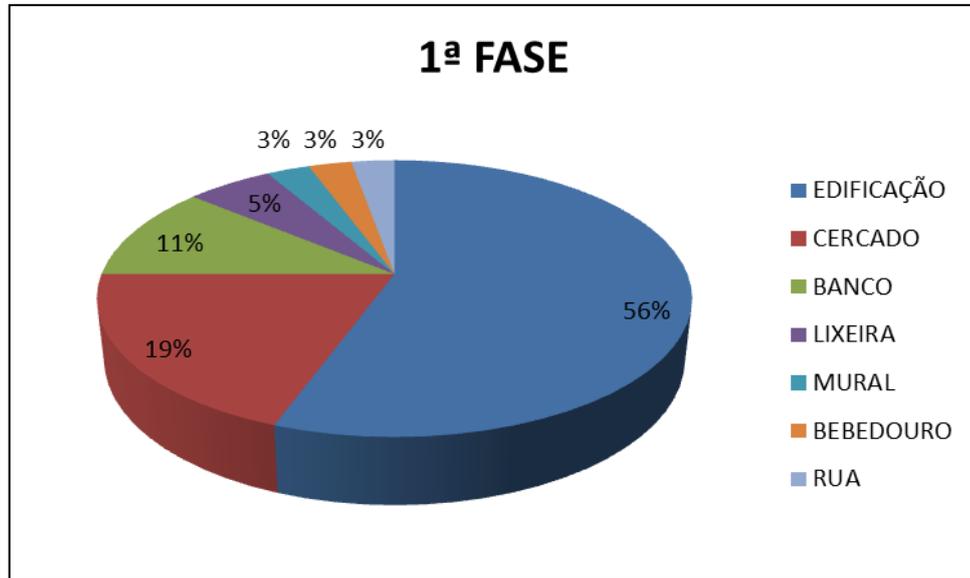


Gráfico 2 - Elementos construídos coletados na primeira fase do trabalho.

Prosseguindo com a análise dos desenhos da primeira fase observa-se que dos elementos construídos a edificação (Gráfico 2) é o que se sobressai aos demais elementos.

Ao realizar a análise comparando os dois gráficos 1 e 2 da primeira fase da avaliação podemos afirmar que a maior frequência de elementos encontrados está presente nos elementos construídos, edificação 56% enquanto que nos elementos naturais o sol possui uma frequência de 43%.

Com base nesses dados pode-se afirmar que o aluno tem uma visão mais antropocêntrica em relação do seu ambiente escolar enfatizando a importância do prédio para a questão de aprendizagem o que é confirmado no trabalho de HANK (2006) onde a autora afirma que ao buscar por uma perspectiva de sucesso para o desenvolvimento e aprendizagem do educando no contexto da educação infantil o espaço físico torna-se um elemento indispensável a ser observado.

A organização deste espaço deve ser pensada tendo como princípio oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, isto é, um lugar onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se assim estimuladas e independentes. Diferentes ambientes se constituem dentro de um espaço.

Uma alternativa para corroborar esse resultado seja pela falta de noção de importância da integração entre áreas verdes e construídas, isso pode ser uma

consequência de questões sociais, culturais construídos pelos membros da comunidade. A falta de espaço físico verde em suas residências e até mesmo uma área verde destinada a atividades de lazer e bem-estar da comunidade o que despertaria uma educação ambiental mais ativa tentando conciliar o homem e o meio ambiente.

PEDRINI et al. (2010) menciona em seu trabalho alguns autores que tratam essa relação do ser com a natureza, pois para ele Piaget deixa claro o papel do meio no funcionamento do indivíduo sendo relegado a um plano secundário, uma vez que permanece, ainda, a predominância do indivíduo em detrimento das influências que o meio exerce na construção do seu conhecimento.

Já nos estudos de VYGOTSKY (2003), o papel do meio social toma maior proporção, pois ele entende que as representações mentais do meio exterior são os mediadores essenciais a serem adotados na relação meio ambiente x indivíduo.

“A relação da nossa espécie com o meio ambiente, produto da percepção que tem dele, sobretudo de si mesma, sofreu um revolução interessante e relativamente pouco estudada, mas consideramos que deve ser exposta aqui, pois permite, com maior clareza, tanto a nova dimensão da problemática ambiental como os enfoques necessários para reorientar nossa relação com o mundo.” (DÍAZ, 2002. p. 23)

CUNHA et al. (2009) menciona que a percepção de mundo, do ambiente físico, natural e construído socialmente se diferem de acordo com cada cultura, com as experiências perceptivas, com os conceitos e valores inculcados, o que traz como consequências as atitudes que tomamos perante a realidade que nos cerca.

Desse modo, o descaso ou falta de entendimento sobre a importância do meio que nos cerca faz com que tenhamos concepções fragmentadas sobre tudo, de certa forma contribui para que tenhamos dificuldade de nos sentirmos empoderados tanto do meio natural como do meio construído.

É de suma importância as questões tanto ambientais, comportamentais, sejam trabalhadas em sala de aula, pois são essenciais para cada aluno compreender que tem direito de ter um ambiente agradável na escola, no seu bairro, na sua cidade que esse entendimento sobre seus direitos e deveres cada um torna se empoderado se si como individuo, e coletivo como grupo escolar.

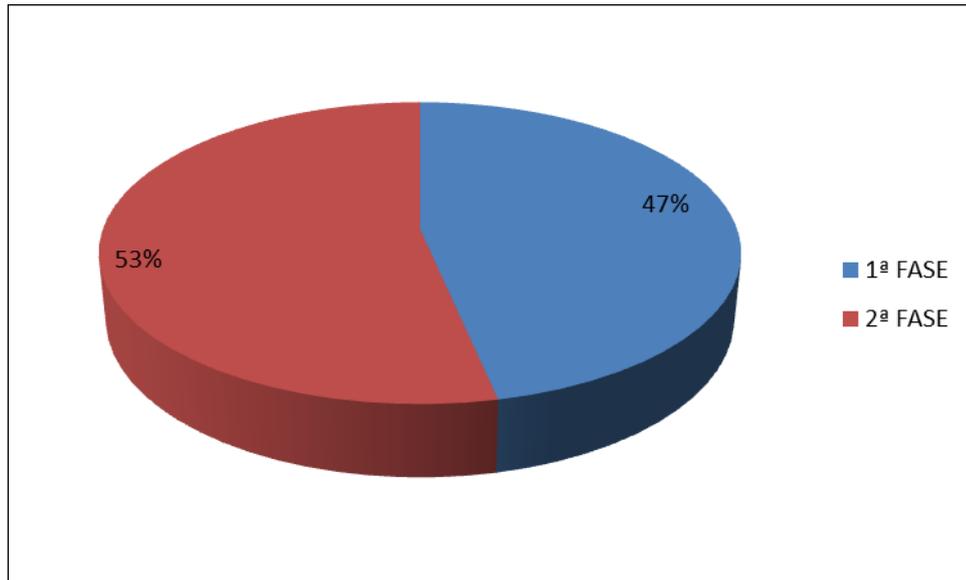


Gráfico 3 - Demonstração proporcional as duas fase em relação ao fator humano.

Após ser observada nas avaliações dos desenhos a presença de pessoas, ou seja, a visão que os alunos têm sobre o seu ambiente escolar constitui se basicamente da escola em si, a própria edificação com alguns elementos naturalistas e presença de pessoas no que se refere à importância para os alunos da participação dos professores e funcionários na sua formação escolar, conclusão dos estudos e ingresso no mercado de trabalho sentindo assim inseridos na sociedade.

Outra questão interessante identificada nos desenhos foi às cores dos desenhos, pois todos apresentaram traços fortes bem definidos em relação aos seus gostos e anseios todos com cores vibrantes: amarelo, verde, vermelho, marrom entre outras.

FREITAS (2007) descreve a importância das cores na vida do ser humano como o amarelo representa calor, curiosidade, alegria de viver; o laranja representa a necessidade de socialização; o azul simboliza a paz, tranquilidade; o verde representando natureza, no caso crianças de utilizam muito essa cor apresentam certa maturidade sobre os assuntos; e assim por diante.

Dessa forma, salientamos a importância que o desenho tem na vida do aluno, pois essa tarefa lúdica pode ser interpretada obtendo muito sobre um tema trabalhado como também sobre o aluno.

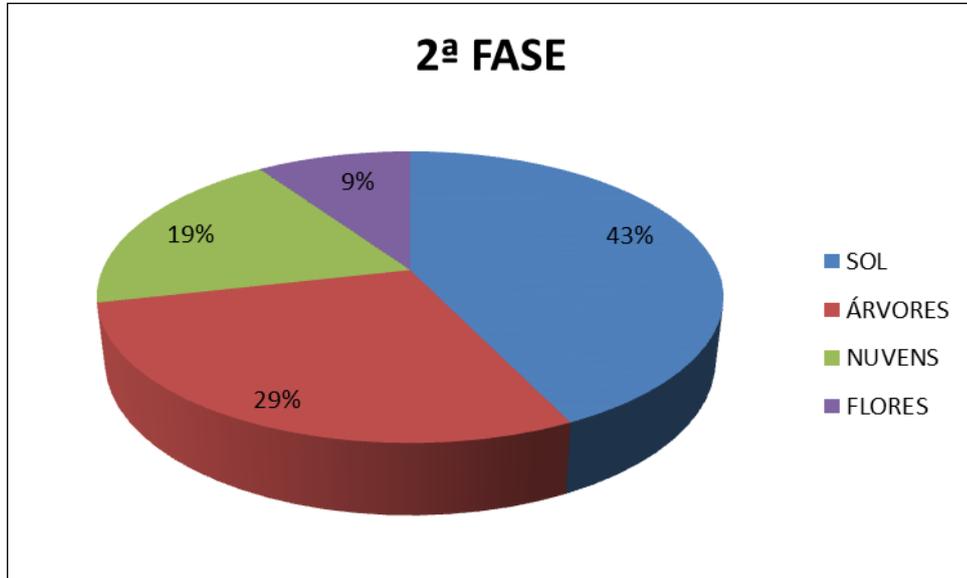


Gráfico 4 - Elementos naturais da segunda fase da atividade.

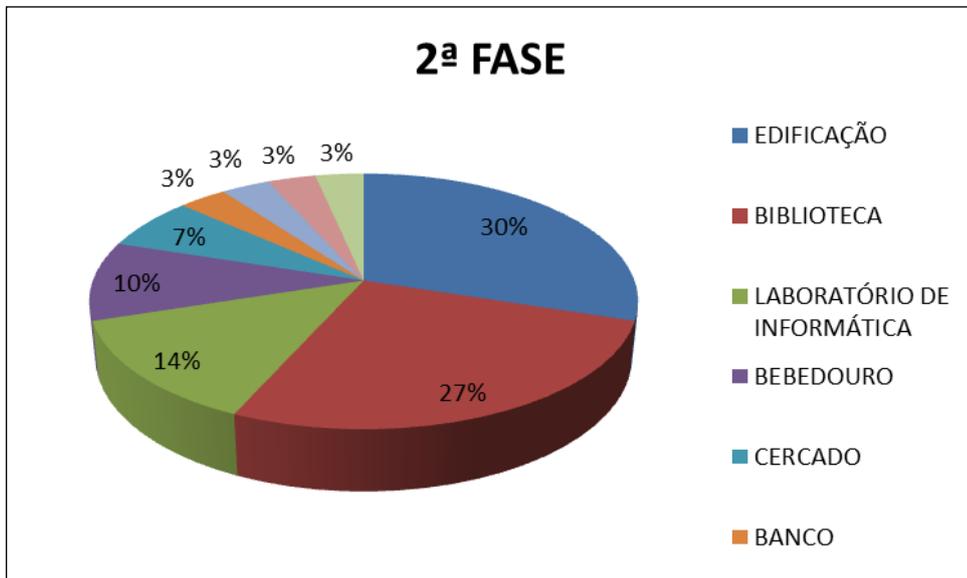


Gráfico 5 - Demonstração proporcional de elementos construídos da 2ª fase.

Ao analisar os dados relacionados com a segunda fase da atividade sobre a percepção ambiental dos alunos sobre o lugar ideal para ser chamado de escola pode se observar que tanto os elementos naturais como construídos são essenciais, 43 e 30% respectivamente.

Conforme SCHWARZ et al. (2007) entendemos que as representações são expressões das relações estabelecidas entre a pessoa e o ambiente que o envolve. Essas relações são dotadas de valores e sentimentos, sendo que toda representação é um procedimento criativo onde o indivíduo precisa resgatar informações que foram armazenadas por meio das experiências vividas.

Segundo MOSCOVICI (2001), as experiências são construídas em sociedade, por intermédio da linguagem, da comunicação, da escola, do meio cultural e dos valores, portanto, as representações são sociais. Dessa forma, não pode se analisar o contexto do ambiente sem levar em consideração o meio cultural, social, econômico dos envolvidos na pesquisa.

SCHWARZ et al. (2007) identificou em sua pesquisa que as crianças menores desenham com maior importância: o sol, as nuvens, o mar e outros elementos hídricos, as flores, as borboletas, do que crianças maiores, no caso a pesquisa em si se assemelha a idade com os elementos naturais encontrados em ambas as fases.

MACIEL et al. (2012) menciona em sua pesquisa a importância de desenvolvermos um olhar mais perceptivo em relação ao meio ambiente. Salientando o autor FRITJOF CAPRA em seu trabalho Alfabetização Ecológica que tem como proposta uma educação pautada na satisfação das necessidades humanas sem prejudicar as próximas gerações, iniciando pela compreensão dos princípios básicos que regem a vida na Terra.

Residindo em dois pressupostos: o de conhecer os princípios ecológicos básicos para extrair e seguir determinadas lições morais; e o de transferir essa moralidade presente na natureza para as formações sociais humanas, a fim de se retomar o rumo civilizacional em padrões sustentáveis.

Nessa perspectiva, o autor salienta a importância de não transformar a educação ambiental num processo de ensino e aprendizagem de ecologia, nem de reduzir sua abrangência e complexidade política, mas de contribuir para que a educação ambiental agregue às suas múltiplas dimensões, a alfabetização

ecológica, como àquela que abarca a dimensão biológica do ser humano, considerado enquanto ser biopsicossocial.

O professor tem um papel muito além de alfabetizar, mas tem a possibilidade de trabalhar esse aluno para que torne-se um indivíduo participativo, consciente de sua importância, sabedor de seus direitos e deveres com a compreensão de que não deve aceitar sua condição social, econômica, política que lhe é ofertado, sendo que ele tem sim possibilidades de desejar e principalmente de conseguir ter um futuro melhor (MACIEL, 2012).

5. PROPOSTAS DO CAMINHO IDEAL PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Qual seria o caminho ideal para uma educação de qualidade? Uma educação de qualidade é o que o professor almeja alcançar com seu trabalho, é o que os pais querem para os seus filhos, é o que a sociedade e o país desejam para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

Ao ler e assistir muitas palestras de educadores, filósofos, percebi que o contexto educação é muito mais complexo do que ensinar conteúdos. A educação é à base de formação de um indivíduo que começa pelos pais, com ensinamentos de valores morais, éticos e passa para a alfabetização ensinada pelos professores.

Para chegarmos a uma educação de qualidade não há uma receita com os elementos que devem ser acrescentados, mas temos que levar em consideração todos os elementos que compõem a comunidade escolar, a sociedade, o meio onde esta inserida a escola.

Defendo que a parceria dos pais, professores, funcionários, ou seja, as pessoas que a criança convive diariamente são responsáveis pela formação dessa criança seja pela influência, seja por impor limites, respeito, ensinando a conviver com seus colegas, em sociedade.

O professor é o principal motivador que tem a possibilidade de transformação da educação. Ao assistir uma palestra do filósofo Mario Sergio Cortella sobre “Qual a postura ideal do professor?” onde ele menciona a importância de um professor aberto a novos conhecimentos, que não devemos ser velhos na profissão docente.

Cortella explica a diferença de idoso para velho, ou seja, velho é aquele que considera que já sabe de tudo, seu trabalho está perfeito, ou seja, não há a necessidade de aperfeiçoamento ou instigação de novos conhecimentos.

Ele elenca algumas virtudes para tornarmos sábios que é a insatisfação positiva, a humildade, mas não subserviência. Salientando a contribuição de Paulo Freire na educação onde defende que a educação não é para domesticar, mas sim para libertar, a educação não é para alienar, mas para oferecer autonomia.

Cortella defende que como professores devemos proteger o que é o tradicional e abandonar o que é arcaico. Ou seja, noções tradicionais importantes ao

professor como a atenção ao conteúdo, ação humanista, relacionamento saudável na convivência, a recusa ao egoísmo, a noção de acolhimento, o desejo de formar pessoas conscientes de sua importância na vida e na sociedade (informação verbal)³.

Há uma gama de educadores que poderiam ser citados sobre como estabelecer a educação ideal, e ao analisar pude perceber que o que mais importa é o PROFESSOR, pois é ele que tem a possibilidade através do seu trabalho mostrar como o aluno pode ser um ser pensante, autocrítico, consciente de seus deveres e direitos.

Também não podemos nos eximir de responsabilidades como pais, sociedade, não cabe somente ao professor esse papel de libertador, mas cabe a família em conjunto com a escola propiciando um meio que desperte o conhecimento, a sua autonomia como pessoa.

Conforme SANTOS et al. (2012) menciona a teoria de Rubem Alves afirmando que essa teoria parte do pressuposto de que os alunos percebam que o conhecimento que é adquirido nas escolas vai além do espaço da sala de aula. Entendendo que a educação não é uma ciência independente e que a escola faz parte da sociedade no geral. Agregando diversos tipos de culturas, raças e ideias tendo-os como desafios para satisfazer a todos, deixando de existir em si para si.

Na educação, não basta apenas conhecer os dados e as informações de maneira isolada. Para que os conhecimentos adquiram sentido para as crianças, é necessário situá-los no contexto mais amplo.

É necessário, pois, descobrir o que une os objetos de conhecimento entre si a fim de que tomem sentido no todo de que fazem parte. Uma das formas de promover o desenvolvimento da inteligência geral é incentivar o aluno à curiosidade, à interrogação, à dúvida, à atividade crítica, mas também à solução de questões propostas pelas disciplinas escolares, cujo conteúdo, envolvendo a indução, a dedução, a discussão, pode ou não estar ligado à vivência do educando.

Sabemos que o meio físico também é muito importante na formação desse aluno, a alimentação, ou seja, a estrutura física por completo. É nessa parte que entra o poder público valorizando o professor com condições adequadas de

³Palestra de Mário Sergio Cortella, na 24^o Assembleia Geral FIUC FEI realizado no dia 24 de Julho de 2012 e publicado dia **8 de mar de 2013**.

trabalho, possibilitando o aperfeiçoamento continuado que possa fazer um trabalho de excelência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os dados da pesquisa percebemos que além de uma visão naturalista há também uma visão humanista, ou seja, não há um sem o outro.

A fase naturalista ficou evidente tanto na primeira como na segunda fase sendo elementos naturais como o sol com expressiva representação. Claro que ambos possuem definições diferenciadas.

Na primeira fase o sol representa o excessivo calor que os alunos enfrentam para realizar atividades de recreio, educação física pela falta de espaço para ter um pátio arborizado para o seu lazer.

Já na segunda fase representa esse anseio de integração da natureza na sua escola, com locais verdes para convívio dos alunos e professores.

Já a fase humanista, também representada em ambas as fase salienta a importância do ambiente físico, a edificação, sendo ela entendida como o ambiente de aprendizado e necessidades de melhorias para uma melhor aprendizagem.

Desse modo, percebe-se a necessidade dessa interligação da natureza com a pessoa, ensinando a conviver e a usufruir de seus recursos conscientemente.

Não podemos deixar de lado a questão que necessitamos de um ensino de qualidade o qual proporcione a liberdade de expressão de suas experiências de vida a fim de transforma-las num conhecimento científico, respeitando e considerando todo conhecimento prévio que tenham.

Assim, percebemos a importância da EA ser trabalhada nas escolas levando em consideração o tema mais adequado para cada ambiente escolar lembrando que a fase do ensino fundamental é onde inicia o processo de formação da consciência humana e de seus valores.

Portanto, se sabemos que as crianças de hoje serão os futuros formadores de opinião, que construirão a sociedade de amanhã cabe a nós como educadores cuidar e investir na educação para construirmos uma sociedade que pensa, sente e decide.

Uma educação não apenas voltada à transmissão do conhecimento, mas sim uma educação que estimule os estudantes a pensar e a pensar na realidade a que

eles pertencem e da qual fazem parte tornando se empoderados e resilientes de suas vidas.

7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGUIAR, L. S.; PORTELLA, L. G.; FURTADO, D. B. V. **Transformações Pedagógicas a partir do curso Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e com vida.** Org. Márcia Eliane Leindcker da Paixão [et al.] – Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016, 223 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795/1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 27 de Outubro de 2014.

CAPRA, Fritjof; e outros. **Alfabetização Ecológica. A educação das crianças para um mundo sustentável.** São Paulo: 2006. Editora Cultrix.

CANTANHEDE, A. M.; SILVA, R. L.; SILVA, H. A.; BORGES, T. C. **Análise da Percepção Ambiental, por meio de desenhos, de alunos do Ensino Fundamental numa Escola da Zona Rural, Chapadinha-Ma.** VI Enebio e VIII Erebio Regional 3. Revista da SBEnBio – Número 9 – 2016.

CUNHA, A.S.; LEITE, E. B. **Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental.** Sinapse Ambiental – Setembro de 2009.

DAVID, E. A.; MELO, G.; SOARES, M.; MOIANA. **Aspectos da evolução da Educação Brasileira.** Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, 5: 184-200, 2014.

DÍAZ, Alberto. **Educação Ambiental como Projeto.** 2.ed.. Porto Alegre:. Artmed, 2002.

FARJARDO, I. N.; MINAYO, M. C. S.; MOREIRA, C. O. F. **Educação escolar e resiliência: política de educação e a prática docente em meios adversos.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 761-774, out./dez. 2010.

FERREIRA, A. C. da S. B. **Educação Ambiental: a Ecologia e as atitudes para a Sustentabilidade.** 2007. 253f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, 1996, p.148.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Paz e Terra. 50ª Edição. 2011

FREITAS, A. K. M. **Psicodinâmica das cores em Comunicação.** Limeira/SP - Ano 4, nº 12- De outubro à dezembro de 2007.

GILES, T. R. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1983, 6ª reimpressão, 2007, p.114.

HANK, V. L. C. **O espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Curso Normal Superior / Educação Infantil (NEI 16) - Trabalho de Graduação 12/04/06. Disponível em: < <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-no-desenvolvimento-aprendizagem-.htm>>.

IPLAN Santa Maria – Acesso em: 30/01/2018
<http://iplan.santamaria.rs.gov.br/img/site/mapas/geoprocessamento/32.pdf>

LEFF, H. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 342.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2007, p.104.

MACIEL, H. M.; SANTOS, S. L.; FACHÍN-TERÁN, A. **Alfabetização ecológica: um novo olhar no Contexto Amazônico**. ANAIS. 2º Simpósio em Educação em Ciências na Amazônia VII Seminário de Ensino de Ciências na Amazônia. ISSN 2237-146X. 17 a 21 de setembro de 2012. Manaus—AM

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. **Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?** R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.433-460, set./dez. 2015.

MARTELLI, A.; CARDOSO, M. de M. **Educação ambiental na reconstrução da mata Ciliar do Ribeirão da Penha e aumento da arborização urbana no município de Itapira** – SP. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET e-ISSN 2236 1170. v.18, n.1, Abr 2014, p.353-360.

MATIELLO, A. M.; VILLELA, A. L. V.; BRUNO, G. R.; AZEVEDO, G. A. N. **Identificação de novos territórios educativos na escola infantil em tempo integral: a contribuição de alguns instrumentos de avaliação da percepção ambiental**. Cidades, Comunidades e Territórios, 34 (Jun/2017), pp. 133 – 149.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5ª Ed. Piaget – Coleção Epistemologia e Sociedade, 2008.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. Terra-pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOSCOVICI, S. **Social representations: explorations in social psychology**. New York: New York University Press, 2001

MOSÉ, V. A Educação. Instituto CPFL, Campinas, 4 de setembro de 2009. Disponível em: < <https://vimeo.com/72198253>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

NEVES, E. F. **História Regional e Local: fragmentos e recomposição da História na crise da modernidade**. Salvador: UEFS/ARCADIA, 2002.

OEI. Organización de Estados Iberoamericanos, para la Educación, la Ciencia y la Cultura. **Breve Evolução Histórica do Sistema Educacional**. 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/#sis>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. **A Percepção Ambiental como ferramenta de propostas educativas e de Políticas Ambientais**. Revista Científica ANAP Brasil, ISSN 1984 – 3240. Ano 1, nº. 1, Jul. 2008.

PAULA, Z. R. **A Resiliência no ambiente escolar e o papel do professor**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação. Resende – RJ, 2014.

PACHECO, Éser; SILVA, Hilton. **Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro. 2006.

PEDRINI, A.; COSTA, E.A.; GHILARDI, N. **Percepção Ambiental de crianças e pré-adolescentes em vulnerabilidade social para Projetos de Educação Ambiental**. Ciência & Educação, v. 16, n. 1, p. 163-179, 2010.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. 2Ed. revisada e atualizada- Barueri, SP: Manole, 2014, 1004p.

REIGOTA, MARCOS. **A Educação Ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.2, p. 539-553, maio/ago. 2010.

REIMERS, F. **Educar é empoderar pessoas para expandir suas liberdades**. 2012. Disponível em: <<http://porvir.org/inovacoes-em-educacao>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

ROSSO, A.; ROMANINI, M. **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico**. Revista Psicologia e saber social, v. 3, nº. 1, jan-jun., 2014.

SANTOS, J. C.; SOARES, M. S.; **Rubem Alves e suas contribuições para a educação**. Anais da Semana de Pedagogia da UEM. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012.

SAVIANI, DEMERVAL. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

STRANZ, A. et al. Projeto Universidade Solidária - Transmitindo Experiências em Educação Ambiental. In: ZAKRZEVSKI, Sônia B.B., VALDUGA, Alice T., DEVILLA, Ivano A. (orgs). **Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental**, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XVI Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. Ed. EdIFAPES. Erechim – RS. p. 222. 2002.

SCHWARZ, M. L.; SEVEGNANI, L.; ANDRÉ, P. **Representações da Mata Atlântica e de sua biodiversidade por meio dos desenhos infantis**. Revista Ciência & Educação, v. 13, n. 3, p. 369-388, 2007.

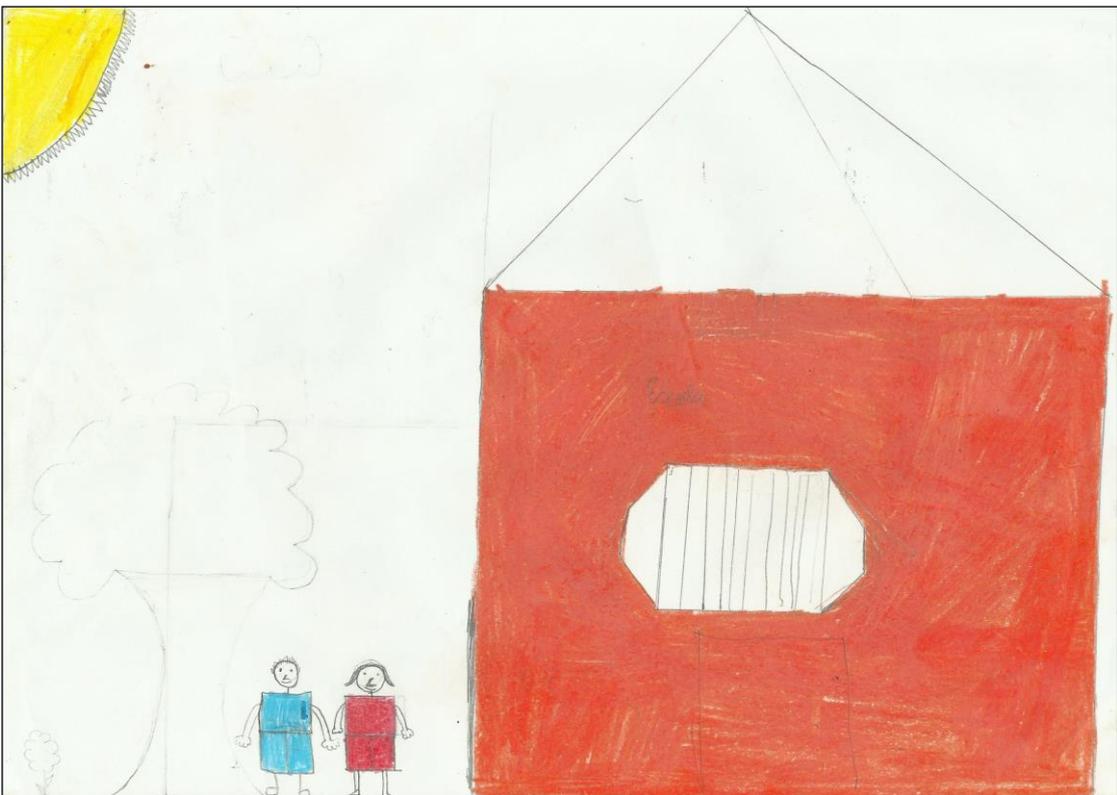
TELLES, C. A.; SILVA, G. L. F. **Relação criança e meio ambiente: Avaliação da percepção ambiental através da análise do desenho infantil**. CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS – CESCAGE. ISSN: 2178-3586 / 6ª Edição / Jul – Dez de 2012. <http://www.cescage.edu.br/publicacoes/technoeng>.

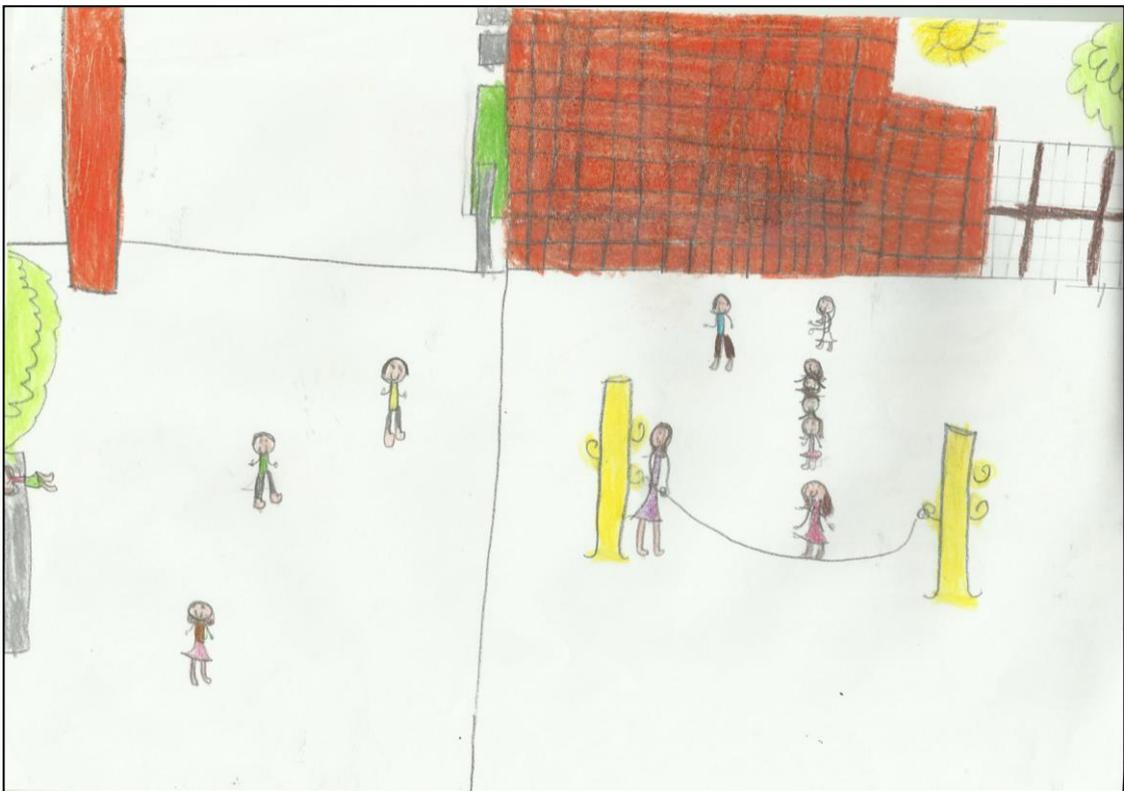
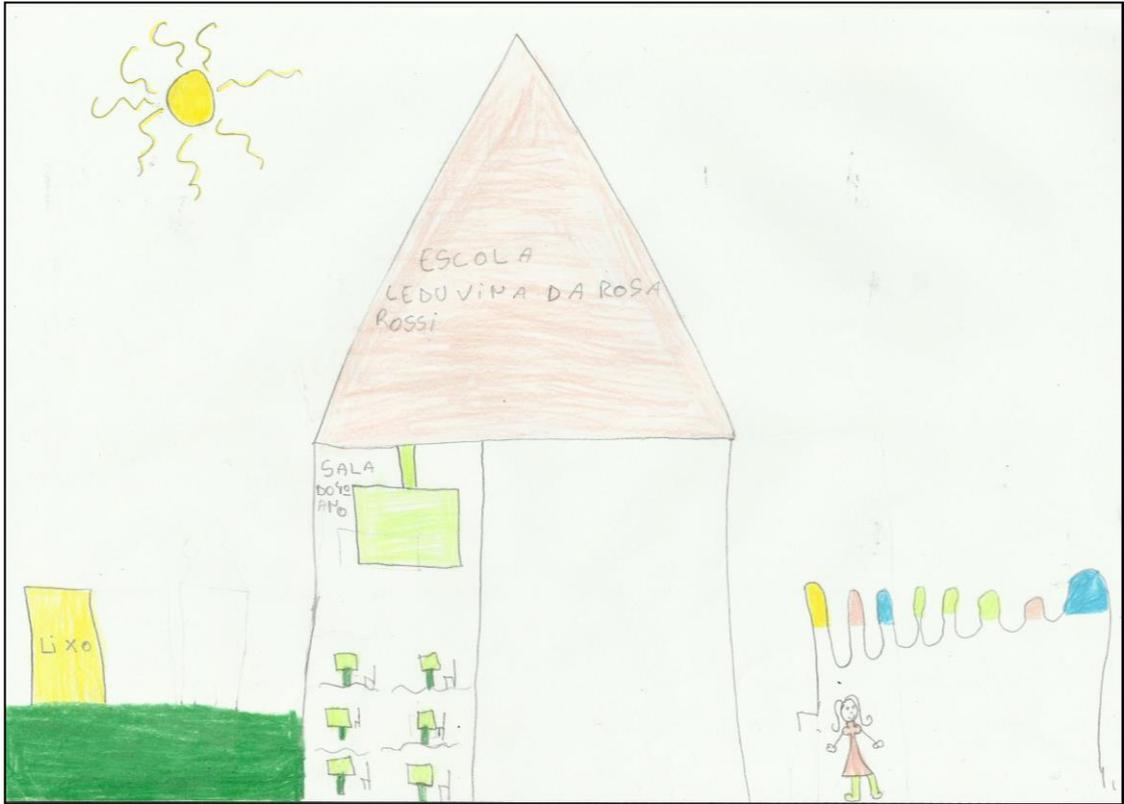
VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. Observatório das tecnologias de Informação e comunicação em sistemas e serviços de saúde da cidade do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <http://www.otics.org/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente/subpav/promocao-da-saude/cpai/CPAI%20-%20Leituras%20interessantes/paulo-freire-o-educador-brasileiro-autor-do-termo-empoderamento-em-seu-sentido-transformador/view>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

VYGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ANEXOS

PRIMEIRA FASE





SEGUNDA FASE



